



MUNDIALIZAÇÃO/GLOBALIZAÇÃO E A UNIDADE IMAGINÁRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA*

Alâna Capitano**

Resumo: Neste artigo, analisamos como a língua portuguesa é significada nas textualizações das páginas eletrônicas de eventos internacionais sobre língua portuguesa, organizados e promovidos pelo Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP). Filiamos-nos à perspectiva teórico-metodológica da Análise de Discurso conforme desenvolvida nos trabalhos de Michel Pêcheux e Eni Orlandi. Ancorados nesta filiação teórico-metodológica, compreendemos a língua dividida, fluida, em movimento, constituída pelo político. A partir desse entendimento de língua, analisamos que há, em funcionamento, nas textualizações das páginas eletrônicas dos eventos internacionais sobre língua portuguesa, o imaginário da mundialização/globalização que produz efeitos de sentidos de que a língua portuguesa é a mesma língua em todos os países que foram colonizados por Portugal. Os sentidos que constituem esse imaginário produzem o silenciamento do processo de descolonização linguística que permitiu ao Brasil, e aos países de colonização portuguesa, terem sua própria língua, diferente da língua do colonizador.

Palavras-chave: Imaginário. Língua Portuguesa. Mundialização/Globalização.

PALAVRAS INICIAIS

Muitas são as maneiras pelas quais podemos iniciar um trabalho, muitos são os gestos (ORLANDI, 2012a) que podemos produzir e muitos foram os questionamentos que nos colocamos ao pensar em como iniciar a escrita deste artigo, porque a escrita, como nos diz Rancière (1995), é um ato político, um ato que não pode ser realizado sem significar. É um gesto de interpretação, gesto pelo qual sujeito e sentidos se constituem na e pela língua. Língua que consideramos dividida, constituída pela unidade e pela diversidade, pelo que desliza e permite o seu movimento, a sua fluidez. E, assim, observamos o funcionamento do político, sendo o político “o fato de que o sentido é sempre dividido, tendo uma direção que se especifica na história, pelo mecanismo ideológico de sua constituição” (ORLANDI, 2012b, p. 21-22).

Subsumindo este modo de reflexão sobre a língua e sobre o político, inscrita na perspectiva teórico-metodológica da Análise de Discurso, fundada nos trabalhos de Michel Pêcheux e Eni Orlandi, entre outros, trazemos para análise, neste trabalho, o discurso sobre língua portuguesa. Discurso constituído, formulado, posto em circulação em eventos internacionais sobre língua portuguesa, organizados e promovidos pelo Instituto Internacional da Língua Portuguesa – IILP, a partir das textualizações das

* Este artigo resulta de um recorte da dissertação de mestrado da autora, intitulada “Políticas de Língua(s) em Eventos Internacionais sobre Língua Portuguesa”, orientada pelo Prof. Dr. José Simão da Silva Sobrinho, no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, Campus Chapecó, SC.

** Mestre em Estudos Linguísticos, pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, Campus Chapecó, SC. E-mail: alana@unochapeco.edu.br.



páginas eletrônicas desses eventos. Esses eventos, sendo sete no total¹, aconteceram entre os anos de 2010 e 2013 em diferentes países que fazem parte da Comunidade de Países de Língua Portuguesa – CPLP².

Quanto ao IILP³, esta instituição é considerada como organismo promotor da língua portuguesa, criada em 1999, na VI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP, tendo sua primeira sede instituída na República de Cabo Verde. Esse instituto, pertencente à CPLP, conforme formulado em seus estatutos vigentes, tem a vocação de articular esforços técnicos, científicos e financeiros dos países da CPLP para a promoção da língua portuguesa, desenvolvendo ações como órgão colegiado desses países, sendo os eventos científicos uma dessas ações.

Neste artigo, especificamente, analisamos os sentidos que se constituem sobre língua portuguesa e emergem dos recortes produzidos a partir do arquivo⁴ da pesquisa. Tomamos como hipótese de trabalho o imaginário da mundialização/globalização⁵ funcionando como discurso dominante, produzindo determinados sentidos para língua portuguesa, bem como o silenciamento de outros.

EFEITOS DE SENTIDO SOBRE LÍNGUA PORTUGUESA

Compreendemos que o imaginário da mundialização/globalização produz a evidência de unidade da língua portuguesa como “língua comum” de uma comunidade (CPLP) composta por Portugal, Brasil, Angola, Moçambique, Timor-Leste, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Guiné-Bissau. O imaginário, conforme Orlandi (1994), capaz de determinar transformações nas relações sociais e de construir práticas, é produtor do efeito de evidência – sustentado sobre o já-dito, sobre os sentidos institucionalizados, considerados “naturais” – e produtor do efeito da transparência da linguagem, produzindo a ilusão de que poderíamos atravessar as palavras para atingir seus conteúdos, quando, na verdade, não existe relação direta entre a linguagem e o mundo, mas funciona a ilusão de que existe, por causa do imaginário.

¹ Os eventos são os seguintes: I Conferência internacional sobre o futuro da Língua Portuguesa no sistema mundial; Colóquio internacional de Maputo – A diversidade Linguística nos países da CPLP; Colóquio internacional da Praia – A Língua Portuguesa nas Diásporas; Colóquio internacional de Luanda – A Língua Portuguesa nas organizações internacionais; Colóquio internacional de Guaramiranga – A língua Portuguesa na Internet e no Mundo Digital; Colóquio Internacional – A internacionalização da Língua Portuguesa: Concepções e Ações; II Conferência internacional sobre o futuro da Língua Portuguesa no sistema mundial. Os eventos aconteceram entre os anos de 2010 e 2013.

² Fazem parte da CPLP: Angola, Brasil, Cabo verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

³ Cf. Informações retiradas da página eletrônica do Instituto Internacional da Língua Portuguesa. Disponível em: <<http://www.iilp.org.cv/>>. Acesso em: 30 jan. 2014.

⁴ Compreendemos o arquivo, no sentido amplo, como “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão” (PÉCHEUX, [1982] 2010a, p. 51).

⁵ A escolha pela denominação “mundialização/globalização” ancora-se nas palavras de Orlandi (2012c), ao afirmar que o que há são políticas de línguas funcionando quando escrevemos globalização ou mundialização. Segundo a autora, “quando escrevo globalização não há questão a ser posta, quando escrevo mundialização meu computador aponta uma questão ortográfica: grifos em vermelho”, uma vez que em Inglês “não há forma de se dizer mundialização. Diz-se globalização” (ORLANDI, 2012c, p. 6).



A partir do que compreendemos sobre a noção de imaginário, formulamos que o imaginário da mundialização/globalização produz sentidos evidentes de que a língua portuguesa se constitui na dispersão de lugares, não se referenciando como língua de um país ou outro. Conforme Orlandi (2012c), no imaginário da mundialização/globalização “a noção de território se desloca, transcendendo os limites das celebradas noções de Estado e Nação” (ORLANDI, 2012c, p. 164). Consiste-se em uma estratégia de concretizar o ideário burguês da “universalidade”. Ou seja, não existe um lugar, é universal, uno, uma. Os conceitos de Estado e Nação passam a organismos internacionais, não governamentais, empresas transnacionais. Há um jogo perverso entre igualdade e unidade (uniformidade), em que o histórico (dominante) passa a universal, de modo que essa universalidade se historiciza em sua generalidade, produzindo, conforme a autora, o apagamento do que seria local.

Assim, concordamos com Orlandi (2007), que a mundialização/globalização é um processo geo-histórico de extensão progressiva capitalista em escala planetária, que é “ao mesmo tempo uma ideologia (o liberalismo), uma moeda (o dólar), um instrumento (o capitalismo), um sistema político (a democracia), uma língua (o inglês)” (ORLANDI, 2007, p. 4). Dessa forma, nas relações internacionais, Orlandi (2012c) afirma que se pratica o relativismo cultural e linguístico, aceitando todas as línguas e culturas, idealmente, enquanto na estrutura política somos dominados pelo monolinguismo de uma língua do poder.

Por meio dessa compreensão sobre o imaginário da mundialização/globalização, entendemos que os sentidos produzidos pela discursividade dos eventos internacionais sobre língua portuguesa significam uma língua que está em toda a parte, sem fronteiras, em um (não)lugar, produzindo o efeito imaginário de “uma” língua portuguesa. Analisamos esse funcionamento que produz a evidência da “unidade planetária” da língua nos recortes que fizemos de algumas denominações dos eventos internacionais:

(Rd1) I Conferência internacional sobre o futuro da língua portuguesa **no sistema mundial**.

(Rd2) Colóquio Internacional A língua portuguesa **nas organizações internacionais**.

(Rd3) Colóquio Internacional A língua portuguesa **nas diásporas**.

(Rd4) Colóquio Internacional A língua portuguesa **na internet e no mundo digital**.

Compreendemos pelos sentidos produzidos pelas marcas discursivas “no sistema mundial” (Rd1), “nas organizações internacionais” (Rd2), “nas diásporas” (Rd3), “na internet e no mundo digital” (Rd4) o imaginário da dispersão/difusão da língua portuguesa como língua que não mais se constitui nas/pelas fronteiras dos países que a têm como língua oficial. Produz-se o efeito de sentido de apagamento das fronteiras nacionais, produzindo a evidência de que a língua não tem referência a um Estado específico, mas a diferentes lugares: “no sistema mundial”, “nas organizações internacionais”, “nas diásporas”, “na internet” e “no mundo digital”.

Esse funcionamento ideológico pode ser compreendido, também, pela análise dos nomes de alguns trabalhos de comunicações e mesas-redondas recortados da programação de um dos eventos, produzindo uma rede parafrástica pela repetição do



enunciado “A língua portuguesa na” e “O português no”. Entendemos a paráfrase como a reprodução de um sentido por meio de diferentes formulações - pelo que fala antes, pelas palavras já-ditas e esquecidas -, fazendo com que algo do dizer sempre se mantenha, “isto é, o dizível, a memória” (ORLANDI, 2012c, p. 36).

Com essa compreensão de paráfrase, analisamos a constituição da rede parafrástica que se forma nos títulos de alguns trabalhos recortados da programação de um dos eventos internacionais sobre língua portuguesa:

(Rd5) Comitê Assessor de Políticas Linguísticas: **o Português no contexto do MERCOSUL.**

(Rd6) A ILP Paz-Andrade e o Estatuto **do Português na Galiza.**

(Rd7) O Português **no mercado global de tecnologias de língua.**

(Rd8) Ensino **de Língua portuguesa na China.**

(Rd9) O ensino **de português língua de herança na Alemanha.**

(Rd10) O Ensino **de Português no Estrangeiro (EPE).**

(Rd11) Leitura e Literatura no ensino **de língua portuguesa no Brasil:** uma proposta crítica com base no modelo de oficinas.

Compreendemos que a rede parafrástica, como já afirmamos, conforma sentidos de uma língua portuguesa dispersa/difundida em diferentes lugares: “no contexto do MERCOSUL” (Rd5), “na Galiza” (Rd6), “no mercado global de tecnologias de língua” (Rd7), “na China” (Rd8), “na Alemanha” (Rd9), “no Estrangeiro (EPE)” (Rd10), “no Brasil” (Rd11). Já as preposições da/de/do e os artigos a/o, na forma singular, conformam sentidos de unidade desta língua portuguesa, apagando a historicidade da língua, que se constitui de modo diferente em cada país de colonização portuguesa.

A desterritorialização do português de Portugal deslocou “sua validade inicial e o destitui de sua posição dominante de vocação totalizante (no imaginário da colonização)” (ORLANDI, 2013, p. 31). Com sua historicização em outro território, o Brasil, afirma a autora, o processo de constituição da língua portuguesa se remeteu à sua prática real em um novo espaço-tempo de práticas discursivas. O vislumbre desse processo nos permite afirmar que o português do Brasil, bem como nos outros países, não é uma contextualização do português de Portugal, é uma historicização singular, que se deu em um espaço-tempo que não era o de Portugal.

Na situação discursiva que estamos analisando, não se trata mais da desterritorialização da língua portuguesa resultante de sua transferência para o Brasil, mas da desterritorialização da língua portuguesa pelo funcionamento da ideologia da mundialização/globalização, que significa essa língua como “língua comum”, língua imaginária que está “em” alguns espaços (“no contexto do MERCOSUL”, “na Galiza”, “no mercado global”, “na China”, “na Alemanha”, “no estrangeiro”, “no Brasil”), mas não é “de”, não pertence a qualquer lugar específico.

Há em funcionamento, constituindo sentidos nos recortes discursivos, o imaginário da mundialização/globalização que produz a evidência da não existência de um poder de Estado ou de uma língua dominante. Este efeito do imaginário da mundialização/globalização constitui sentidos sobre língua portuguesa, efeito de uma



língua que está em todos os lugares, sem fronteiras, uma língua sem Estado, sem referência, produzindo apagamento do trabalho do político e do simbólico, o apagamento de que, como consideramos com Pêcheux e Gadet ([1981] 2010), a questão da língua é uma questão de Estado.

Esse imaginário se reinscreve também nas imagens que foram utilizadas na divulgação de alguns dos eventos. Compreendemos a imagem discursivamente, como “parte do funcionamento da memória discursiva (e acentuação discursiva) na relação com o acontecimento” (ORLANDI, 2012d, p. 60). A imagem é uma materialidade significativa, tem seu próprio funcionamento, não é transparente, “interpreta-se”:

A questão da imagem encontra assim a análise de discurso por um outro viés: não mais a imagem legível na transparência, porque um discurso a atravessa e a constitui, mas a imagem opaca e muda, quer dizer, aquela da qual a memória ‘perdeu’ o trajeto de leitura (ela perdeu assim um trajeto que jamais deteve em suas inscrições) (PÊCHEUX, [1983] 2010b, p. 55).

A partir das palavras de Pêcheux ([1983] 2010b), entendemos que pela análise da imagem, podemos, pelos gestos de interpretação, compreender as filiações de sentidos, o funcionamento da memória. A imagem enquanto materialidade permite-nos “observar a relação do real com o imaginário, ou seja, a ideologia, que funciona pelo inconsciente” (ORLANDI, 2012d, p. 72).

Souza (2001), ao compreender a imagem como materialidade discursiva, afirma que analisar a imagem possibilita-nos entender os elementos visuais como operadores de discurso, considerados conjunto de elementos visuais possíveis de recortes. A interpretação de um texto não-verbal é constituído por efeitos de sentidos que se instituem entre o olhar, a imagem, a possibilidade de recorte, conforme as formações sociais em que se inscrevem o sujeito-autor deste texto e o sujeito-espectador. É considerar a imagem como discurso, é produzir um gesto sobre, pois,

A interpretação está presente em toda e qualquer manifestação da linguagem. Não há sentido sem interpretação. Mais interessante ainda é pensar os diferentes gestos de interpretação, uma vez que as diferentes linguagens, ou as diferentes formas de linguagem, com suas diferentes materialidades, significam de modos distintos (ORLANDI, 2012b, p. 9).

Nessa esteira, conforme nosso gesto de interpretação, pelas imagens que recortamos dos eventos internacionais sobre língua portuguesa, compreendemos o funcionamento do imaginário da mundialização/globalização pela textualização do mapa mundi constituindo as imagens. Anderson (2008) afirma que o mapa, juntamente com o censo e o museu, foi importante instituição para a criação do Estado colonial. Sendo inventado antes mesmo do século XIX, o mapa foi uma instituição de poder que moldou a maneira pela qual o Estado colonial imaginava seu domínio quanto à geografia de seu território.

Entendemos discursivamente que o mapa mundi textualiza um imaginário de espaço e de fronteiras territoriais de Estados. Ele (re)produz o imaginário da totalidade

do mundo, sua completude. O mapa mundi, nesse sentido, é constitutivo de processo ideológico que produz, conforme Orlandi (2012b), a saturação, o efeito de completude. Ele se constitui pela evidência de um modo de produção do espaço, evidência que esquece, discursivamente, que a divisão do espaço é política, é determinada sócio-historicamente. Funcionam sentidos pré-construídos⁶ (PÊCHEUX, [1975] 2009) de que a divisão do espaço, dos Estados, dos territórios sempre se constituiu da forma como conhecemos hoje o mapa, esquecendo-se que este é uma construção na história.

A partir dessa compreensão do mapa mundi, analisamos as imagens, as quais consideramos recortes discursivos, de dois eventos:

(Rd12):



(Imagem 1)⁷

(Rd13):



(Imagem 2)⁸

O imaginário de unidade da língua portuguesa é compreendido pelo modo como as imagens dos eventos relacionam língua portuguesa ao planeta (mapa mundi como

⁶ Compreendemos que o pré-construído remete “àquilo que todo mundo sabe”, ou seja, “àquilo que todo mundo, em uma ‘situação’ dada, pode ser e entender, sob a forma das evidências do ‘contexto situacional’” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 158-159).

⁷ Imagem retirada da página eletrônica do evento “Colóquio Internacional A Língua Portuguesa nas Diásporas”. Disponível em: <<http://iilp.cplp.org/index.php?action=eventos&act=details&id=10>> Acesso em: 20 jul. 2014.

⁸ Imagem retirada da página eletrônica do evento “Colóquio Internacional A internacionaliza da Língua Portuguesa: concepções e ações. Disponível em: <<http://iilp.cplp.org/index.php?action=eventos&act=details&id=21>> Acesso em: 20 jul. 2014.



imagem de fundo). A associação da língua ao mapa é efeito do funcionamento do imaginário da mundialização/globalização, que produz sentidos de uma “unificação planetária” (ORLANDI, 2011, p. 6) que apaga disparidades concretas. O efeito de sentido é o de uma língua portuguesa espalhada pelo mundo, uma língua que se constitui nesta aparente unificação totalizante produzida pelo mapa mundi, produzindo efeito de unidade linguística, efeito de “Um”.

Contudo, ao mesmo tempo em que temos sentidos que se constituem pelo imaginário da mundialização/globalização, chama-nos a atenção às expressões “a Língua Portuguesa” (Rd12) e “da Língua Portuguesa” (Rd13) inscritas sobre a imagem do mapa mundi. Consideramos a partir das marcas discursivas “a” e “da” que há sentidos que significam uma língua portuguesa constituindo sujeitos e sentidos em todo o mundo.

Compreendemos pela determinação da língua como “Portuguesa” (Rd12; Rd13) e pela preposição “da” (Rd13) que a língua imaginária que se constitui pela evidência de uma língua que não se referencia nem como língua do Estado brasileiro, nem de outros Estados da CPLP, tem sua unidade filiada à lusofonia. Concordamos com Mariani (2007) que há em funcionamento um discurso reiterado de unidade linguística entre Portugal e suas ex-colônias, marcado pelo termo lusofonia, bem como “por atividades políticas que procuram sustentar uma ideia de unidade na diversidade” (MARIANI, 2007, p. 84). Pelos sentidos que constituem o imaginário da lusofonia, a língua portuguesa é uma, homogênea, a mesma língua em todos os países de colonização portuguesa, no sistema mundial, nas organizações internacionais, nas diásporas, na internet, no mundo digital.

O imaginário da mundialização/globalização funciona produzindo efeito de um não-lugar para a língua e, por outro lado, sustenta o domínio da língua do velho império, isto é, da língua do colonizador. Essa língua flui pelo mundo, constitui-se além das fronteiras de Estados, apaga a historicidade, o político, a divisão constitutiva das línguas. Ao dizer língua portuguesa silenciemos que os países de colonização portuguesa possuem a sua própria língua, historicizada, gramatizada, instrumentada, como a língua brasileira.

Para Orlandi (2008), o silêncio também significa, o que não é falado produz sentidos, porque a linguagem é política e em todo poder há um silêncio, dito de outro modo, “há história no silêncio porque há sentido no silêncio” (ORLANDI, 2008, p. 52). Ao silenciar as línguas oficiais e nacionais existentes nos países de colonização portuguesa, silencia-se que ao mesmo tempo em que a colonização impõe uma língua, “a historicização da língua faz com que essa mesma colonização sofra um deslocamento visível no processo de gramatização” (ORLANDI, 2013, p. 142). Pelo processo de gramatização, a língua ganhou visibilidade, tornou-se um saber legítimo e instituído, conforme as condições de produção das colônias.

Compreendemos pela denominação “Língua Portuguesa” (Rd12, RD13) que há em funcionamento, constituindo o imaginário da mundialização/globalização, sentidos que constituem o discurso da colonização linguística que impõe um imaginário de unidade linguística entre o velho império e as antigas colônias. Assim, os eventos internacionais que analisamos significam a língua, que visam internacionalizar, como



uma língua portuguesa que tem sua filiação à língua do colonizador. Internacionalizar a língua significa instituir uma política de unidade, uma política de língua que visa unificá-la, considerá-la uma língua comum, silenciando a diversidade linguística.

Os países colonizados e suas línguas continuam sendo dominadas pelo velho império por meio de organismos e comunidades, como a CPLP e o IILP que surgem nas condições de produção da mundialização/globalização, destituindo o(s) Estado(s) como responsáveis sobre as questões de língua, passando a organismos internacionais, não governamentais, empresas transnacionais (ORLANDI, 2012c). Said (2011), ao compreender as questões sobre imperialismo e cultura, afirma que há um ambiente global constituído por uma quantidade grande de pressões ecológicas, econômicas, sociais, políticas que levam à destrutividade em massa. Nessas condições, percebe-se que a velha autoridade não pode ser simplesmente substituída por uma nova, o que estão surgindo são novos alinhamentos “independentes de fronteiras, tipos, nações e essências” (SAID, 2011, p. 28).

Para o autor, nas condições de produção mundializadas/globalizadas as nações da Ásia, da África e da América Latina são politicamente independentes, porém, em alguns aspectos, permanecem “tão dominadas e dependentes quanto eram na época em que viviam governadas diretamente pelas potências europeias” (SAID, 2011, p. 56). O autor continua afirmando que, por mais que não exista espaço vazio, ou fronteiras a expandir, o ciclo imperial (entendido imperialismo no sentido de colonizar, controlar terras que não são nossas) parece se repetir sob alguns aspectos. Existem ainda resíduos do imperialismo, “um resíduo de uma história densa e interessante, paradoxalmente global e local ao mesmo tempo, e é também um sinal da sobrevivência do passado imperial, gerando argumentos e contra-argumentos com uma intensidade surpreendente” (SAID, 2011, p. 58).

O autor traz como exemplo disso a divisão do mundo que se faz entre Norte-Sul que não deixa de ser uma relação entre colonizador e colonizado, relação constituída de combate retórico e ideológico que vem desencadeando guerras devastadoras. Os discursos universalizantes dos Estados Unidos e da Europa pressupõem o silêncio do mundo não europeu, que faz com que raramente admita-se que o povo colonizado seja ouvido.

Um modo de silenciar os colonizados e que permanece nas condições de produção da mundialização/globalização se dá pela língua que é significada como sendo a mesma língua do colonizador. Somos ainda dominados pelos sentidos constitutivos da colonização linguística que impõe como língua dominante a língua do colonizador por meio de comunidades, instituições que surgem nessas condições e que produzem evidências que ultrapassam os sentidos das fronteiras dos Estados-Nações e de seu poder.

PALAVRAS FINAIS

Analisamos, neste artigo, como a língua é significada nos eventos internacionais sobre língua portuguesa, organizados e promovidos pelo IILP, a partir das textualizações das páginas eletrônicas desses eventos. Compreendemos que a língua é significada em sua unidade, como uma única língua que constitui sujeitos e sentidos nos



países da CPLP e no mundo. A evidência da unificação planetária e unificação da língua é produzida pelas filiações de sentidos ao imaginário da mundialização/globalização e por sentidos da lusofonia que se inscrevem, também, no imaginário da mundialização/globalização.

O imaginário da mundialização/globalização funciona produzindo efeitos de sentidos de unidade, de consenso entre Estados e Língua(s), por meio de instituições, organizações, como IILP e CPLP. Como afirma Branco (2013), apagam-se as outras línguas, impõe-se a ideia de uma única língua portuguesa comum e naturalizam-se as relações sociais, como se, nos Estados-membros da CPLP, elas funcionassem sem disputa de poder ou litígio interno.

A língua tomada como referência, como “uma” língua portuguesa constitui-se pela língua do colonizador, inscrevendo sentidos do discurso da colonização linguística. Este discurso significa língua portuguesa como uma mesma língua que permanece igual à língua do colonizador. As línguas dos outros Estados-membros da CPLP são significadas como variações de uma mesma língua portuguesa.

Nesse sentido, silencia-se o processo de descolonização linguística no qual a “língua faz sentido em relação a sujeitos não mais submetidos a um poder que impõe uma língua sobre sujeitos de uma outra sociedade, de um outro Estado, de uma outra Nação” (ORLANDI, 2009, p. 172). Com o processo de descolonização linguística, a língua portuguesa se tornou outra língua, a língua brasileira, historicizada no Brasil, com sua gramática e dicionário, com seus sujeitos. Silenciar esse processo é desconsiderar o político, a divisão da(s) língua(s), do sentido.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BRANCO, Luíza K. C. *A língua em além-mar: sentidos à deriva: o discurso da CPLP sobre a língua portuguesa*. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2013.
- GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. *A língua inatingível: o discurso na história da linguística*. 2 ed. Tradução: Bethânia Mariani e Maria E. C. de Mello. Campinas: Editora RG, 2010.
- MARIANI, Bethania. Quando as línguas eram corpos – Sobre a colonização linguística portuguesa na África e no Brasil. In: ORLANDI, E. (org.). *Política linguística no Brasil*. Campinas, SP: Pontes, 2007.
- ORLANDI, Eni. Discurso, imaginário social e conhecimento. *Em Aberto*, Brasília, ano 14, n.61, jan./mar. 1994.
- _____. Historicidade, Indivíduo e Sociedade: o sujeito na contemporaneidade. In: *Anais do III Seminário de Estudos em Análise do Discurso*. Porto Alegre: UFRGS, 2007. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/sead3.html>>. Acesso em: 27 abr. 2014.
- _____. *Terra à vista*. 2 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.
- _____. Língua, Comunidade e Relações sociais no espaço digital. In: DIAS, C. (org.) *E-urbanos: Sentidos do espaço urbano/digital* [online], 2011.
- _____. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas, SP: 3. ed. Pontes Editores, 2012a.
- _____. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 6 ed. Campinas: Pontes Editores, 2012b.



_____. Espaços Linguísticos e seus desafios: convergências e divergências. In: *RUA* [online], no. 18. Volume 2, 2012c. Consultada no Portal Labeurb – Revista do Laboratório de Estudos Urbanos do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade. Disponível em: <<http://www.labeurb.unicamp.br/rua>>.

_____. *Discurso em Análise: Sujeito, Sentido e Ideologia*. Campinas: Pontes Editores, 2012d.

_____. *Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Editora Cortez, 2013.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução: Eni P. Orlandi, 4 ed. Campinas: Editora Unicamp, 2009.

_____. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E. (org.). Gestos de leitura. Tradução: Maria G. L. M. do Amaral. 3 ed. Campinas: Editora Unicamp, 2010a.

_____. Papel da memória. Tradução: José Horta Nunes. In: ACHARD, P. et al. *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 2010b.

RANCIÈRE, Jacques. *Políticas da Escrita*. São Paulo, SP: Editora 34, 1995.

SAID, Edward W. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2011.

SOUZA, Tânia C. A análise do não verbal e os usos da imagem nos meios de comunicação. In: *RUA*, n. 7 Campinas, 2001.

Abstract: *In this article, we analyze how the Portuguese language is meant in the textualizations of the websites of international events on Portuguese language, organized and promoted by the International Institute of the Portuguese Language (IILP). We use the theoretical and methodological perspective of discourse analysis as developed in the work of Pêcheux and Eni Orlandi. Anchored in this theoretical and methodological theory, we understand the language divided, fluid, in moving, constituted by the politic. From that understanding of language, we analyzed that is functioning, in the textualizations the websites of international events on the Portuguese language, the imagery of globalization that produces meaning effects that the Portuguese language is the same language in all countries that were colonized by Portugal. The senses that constitute this imaginary produces silencing of linguistic decolonization process that allowed Brazil and Portuguese colonization countries had their own language, different from the colonizer's language.*

Keywords: *Imaginary. Portuguese Language. Globalization.*